

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

Guilherme Domingues dos Santos Souza da Silva

A dimensão social do sofrimento psíquico: psicanálise e sofrimento social

Santa Maria, RS
2022

Guilherme Domingues dos Santos Souza da Silva

A dimensão social do sofrimento psíquico: psicanálise e sofrimento social

Projeto do Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Roso

Santa Maria, RS

Guilherme Domingues dos Santos Souza da Silva

A dimensão social do sofrimento psíquico: psicanálise e sofrimento social

Projeto do Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2022:

Adriane Roso, Dr^a (UFSM)
(Presidente /Orientadora)

André Oliveira Costa, Dr. (UFSM)

Ana Júlia Vicentini, Psicóloga (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

Para Dale e Malcolm.

RESUMO

Durante a experiência de escuta no contexto de estágio clínico em uma universidade pública, encontramos sujeitos cuja condição financeira pode ser uma fonte de sofrimento, bem como suas relações e atividades de trabalho, sujeitos em situação de desemprego e desamparo material em geral. A clínica de uma universidade pública é, portanto, também uma clínica de encontros com sofrimentos provenientes de opressões sociais. Diante dessa realidade, somos provocados por algumas questões: Qual é a relação da psicanálise com o sofrimento social? Quais são as potências e os limites da clínica frente a esses sofrimentos? O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso é, por meio de um ensaio teórico, investigar as formas de sofrimento provenientes de relações e opressões sociais, pensando a relação da psicanálise com esses sofrimentos, sua dimensão crítica, potências e limites de sua clínica. Como objetivos específicos visamos: (a) refletir sobre as relações sociais, quanto ao modo como se estrutura nossa vida social e os sofrimentos provenientes dos aspectos históricos e estruturais da nossa sociedade; (b) explorar algumas formas de subjetivação próprias às sociedades capitalistas e a noção de individualidade promovida pelo neoliberalismo; (c) pensar a potência e os limites da clínica orientada pela psicanálise em relação ao sofrimento proveniente de opressões sociais; e (d) analisar possíveis contribuições da psicanálise para processos de transformação social. Concluimos que a psicanálise pode ser um instrumento importante de investigação do sofrimento resultante das formas de relação social contemporâneas. Sua teoria dispõe de elementos que propiciam uma análise de alguns efeitos psíquicos da vida social, contando com uma abertura para que o saber do sujeito escutado possa emergir, contribuindo para a atualização constante da teoria e da prática. Entretanto, compreendemos ser importante reconhecer os limites de ação transformativa da clínica diante de sofrimentos provenientes da condição financeira, da exploração do trabalho e das determinações materiais. À vista disso, consideramos que a psicanálise pode contribuir para movimentos de transformação social, pois sua vasta teoria sobre o psiquismo humano pode ser útil para pensar novas formas de ação política, uma vez que os modos de mobilização popular promovidos por organizações marxistas têm se mostrado insuficientes, assim como suas concepções sobre a dimensão psíquica e afetiva dos sujeitos. **Palavras-chave:** Psicologia Social Crítica; Psicanálise; Sofrimento social; Mal estar na Cultura; Formação do Psicólogo.

Área do CNPq: Psicologia Social

ABSTRACT

During the listening experience in the context of a clinical internship at a public university, we find subjects whose financial condition can be a source of suffering, as well as their work relations and activities, subjects in a situation of unemployment and material helplessness in general. The public university clinic is, therefore, also a clinic of encounters with sufferings arising from social oppressions. Facing this reality, we are provoked by some questions: What is the relation of psychoanalysis with social suffering? What are the potencies and the limits of the clinic facing this type of suffering? This undergraduate thesis objective is, by the means of a theoretical essay, to investigate the forms of suffering arising from social relations and oppressions, thinking the relation of psychoanalysis with this type of suffering, its critical dimension, the potencies and limits of its clinic. As specific objectives, we aim to: (a) reflect about the social relations, about the way our social life is structured and the suffering arising from the historical and structural aspects of our society; (b) explore some forms of subjectivation typical of capitalist societies and the notion of individuality promoted by neoliberalism; (c) think about the potencies and limits of the clinic guided by psychoanalysis in relation to the suffering arising from social oppression; and (d) analyze possible contributions of psychoanalysis to processes of social transformation. We conclude that psychoanalysis can be an important instrument for investigating the suffering resulting from contemporary forms of social relationships. Its theory has elements that provide an analysis of some psychic effects of social life, with an opening for the knowledge of the listened subject to emerge, contributing to the constant updating of theory and practice. However, we understand that it is important to recognize the limits of the clinic's transformative action in the face of suffering arising from financial conditions, the exploitation of work and material determinations. In view of this, we consider that psychoanalysis can contribute to movements of social transformation, as its vast theory on the human psyche can be useful to think about new forms of political action, since the modes of popular mobilization promoted by Marxist organizations have shown to be insufficient, as well as their conceptions about the psychic and affective dimensions of the subjects. **Key-words:** Critical Social Psychology; Psychoanalysis; Social Suffering; Civilization and its Discontents; Psychologist Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS AFETOS	10
1.1 MAL-ESTAR GERAL E SOFRIMENTOS ESPECÍFICOS: REALIDADE MATERIAL COMO PRODUTORA DE SOFRIMENTO	13
CAPÍTULO 2 – A PSICANÁLISE COMO CRÍTICA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CAPITALISMO	22
2.1 - REPRESSÃO SEXUAL E RELAÇÕES DE PODER	23
2.2 - SUBJETIVAÇÃO E INDIVIDUALIDADE	26
2.3 - A NOÇÃO DE CONFLITO	29
CAPÍTULO 3 - A POTÊNCIA E OS LIMITES DA CLÍNICA	32
3.1 - A CLÍNICA DE SOFRIMENTOS ESPECÍFICOS	33
3.2 – OS LIMITES DA CLÍNICA	34
3.3 – PSICANÁLISE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

Introdução

Exercer um trabalho em psicologia é, frequentemente, ocupar-se da escuta do sofrimento humano. Ao aceitarmos acompanhar a pessoa que nos procura, que chega com demandas e suposições das mais singulares, estamos, também, nos dispondo a acompanhar a sua perspectiva do seu sofrimento, seja ele qual for. Construir caminhos com quem escutamos, pensar intervenções possíveis dispendo de uma relação com uma teoria, são alguns componentes desse trabalho.

A experiência de escuta no contexto de estágio clínico em uma universidade pública traz consigo um encontro com limites. Alguns deles, determinados pela formação, pelo percurso que tivemos e pelas nossas próprias vivências, que variam nossa capacidade de escutar. Outros limites dizem respeito a encontros que a especificidade do contexto de um serviço público e gratuito nos proporciona. Afinal, um serviço gratuito de psicologia propicia o acesso a tratamento psicológico a todas as pessoas, inclusive àquelas que não teriam recurso financeiro para tratamento em uma clínica privada, se assim o quisessem. Dessa forma, encontramos sujeitos cuja condição financeira pode ser uma fonte de sofrimento, bem como suas relações e atividades de trabalho (ao qual talvez não tenha muita liberdade de escolha), sujeitos em situação de desemprego e desamparo material em geral. A clínica de uma universidade pública é, portanto, também uma clínica de encontros com sofrimentos provenientes de opressões sociais. O que não significa dizer que clínicas privadas não recebem sujeitos com sofrimentos dessa ordem (porque afinal existem clínicas das mais diversas, com preços variados), mas, sim, que existe uma demanda de escuta por pessoas cuja condição financeira é um entrave para o acesso ao tratamento. Compreendemos que existem limites na prática da clínica, no que se refere à sua potência de transformação, quando lidamos com sofrimentos provenientes da condição financeira, da exploração do trabalho, das determinações materiais da reprodução da vida.

Através deste ensaio teórico, cujo método nos permite levantar questões e explorar mais livremente o tema de forma reflexiva e autoral, vamos investigar a relação da psicanálise com o sofrimento social, sua capacidade de crítica dos modos de subjetivação contemporâneos, bem como questionar: qual é a potência da clínica em relação aos sofrimentos provenientes das opressões e desigualdades sociais? E quais são os limites da clínica em relação aos mesmos?

No primeiro capítulo, trataremos das relações sociais, do modo como se estrutura nossa vida social e dos sofrimentos provenientes dos aspectos históricos e estruturais da nossa sociedade. Consideramos que existem dois principais tipos de sofrimentos provenientes das relações sociais: aqueles que são gerais e se impõem como condição necessária para a participação na vida social; e aqueles que são restritos a grupos específicos sobre os quais existe uma relação histórica de opressão. No segundo capítulo, investigaremos algumas formas de subjetivação próprias às sociedades capitalistas, a noção de individualidade promovida pelo neoliberalismo, bem como algumas distinções entre concepções de Freud e Wilhelm Reich no que se refere ao sofrimento social e a repressão sexual. Tais considerações podem dar pistas sobre a dimensão crítica da psicanálise ao capitalismo, ao neoliberalismo e seus modos de produção de vida. No terceiro e último capítulo, pensaremos sobre a potência e os limites da clínica orientada pela psicanálise no que se refere ao sofrimento proveniente de opressões sociais. Além disso, analisaremos possíveis contribuições da psicanálise e sua teoria para processos de transformação social, bem como tensões entre ela e a teoria marxista.

Capítulo 1 - Relações sociais e seus afetos

Talvez fosse interessante começar com um questionamento: que sofrimento psíquico não tem como causa um conflito com o social? Em 1921, Freud já chamava atenção para a tênue diferença entre a psicologia individual e a psicologia social, quando aponta que o Outro é fundamental para o sujeito, seja em suas relações pessoais (família, amigos, amantes) ou em sua vida psíquica particular (onde o outro é considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário). Portanto, Freud (2011) declara: “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (p.14).

Entretanto, precisamos de uma definição a respeito das noções de social e individual. O vínculo entre seres humanos é objeto de inesgotáveis elaborações teóricas, tendo os pensadores contratualistas dos séculos XVII e XVIII como ponto de partida para uma filosofia que influencia até hoje as concepções teóricas e políticas sobre a vida em sociedade e formações de Estados. Em um período histórico de crescimento econômico e político da burguesia europeia no interior de um feudalismo ainda vigente, as teorias de Thomas Hobbes, John Locke e posteriormente Jean-Jacques Rousseau estabeleceram as bases para a formação dos Estados de direito que tomaram o lugar das monarquias através dos movimentos sociopolíticos de revoluções burguesas. A queda da aristocracia em potências colonialistas como a França, conseqüentemente, a ascensão do liberalismo como política de Estado, definiu os paradigmas de relação social no mundo capitalista que surgia.

As formações de Estados de direito são historicamente concomitantes com o fim do feudalismo e a ascensão das classes burguesas ao poder institucional. Pensar numa história das relações sociais e das sociedades é, para autores como Marx e Engels, indissociável do pensamento sobre os antagonismos de classe, afinal “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (MARX, ENGELS, 2008, p.10).

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em quase que cada uma destas classes, novas divisões hierárquicas. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta. Entretanto, a nossa época – a

época da burguesia – caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX, ENGELS, 1999, p.7)

Marx aponta para a crescente divisão social entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, constituindo as duas classes essenciais do capitalismo. A acumulação de riqueza entre os burgueses e o crescimento do capital só é possível através do trabalho humano, que confere valor às mercadorias produzidas. Dessa forma, as relações sociais adquirem as características do modo de produção capitalista, sendo a capacidade de trabalhar uma das principais condições para a participação social. Com isso, a ideologia burguesa estabelece um novo paradigma de vínculos entre indivíduos, valorizando relações de competição, exploração e individualismo, tal como podemos acompanhar nas noções hobbesianas de natureza humana (SOUZA, 2010).

A ideia de contrato social parte da concepção de Hobbes de um suposto estado de natureza, onde a vida dos indivíduos era constantemente ameaçada, num estado de guerra de todos contra todos. Segundo Hobbes, as vontades individuais não teriam limites naturais, e conflitos surgiriam entre homens que desejassem os mesmos objetos. Portanto, sua filosofia defende a necessidade de uma soberania estatal, “sendo ela composta por um homem (monarquia), uma assembleia formada por todos os cidadãos (democracia direta de estilo hobbesiano) ou então uma assembleia composta por apenas parte dos cidadãos (aristocracia)” (MONTEIRO, 2012, p.3).

As tendências individualistas naturais do sujeito hobbesiano de competição, dominação e exploração, conferem ao estado de natureza uma atmosfera de insegurança constante que tenderia a gerar “suposições recíprocas sobre as possíveis ações dos indivíduos, o que culminaria em ataques visando a autopreservação, isto é, agressão preventiva, mediante possível ofensiva externa”. Desta lógica, segue a necessidade de um limite para os direitos naturais dos indivíduos, que diante da situação caótica de ameaça constante, opta pela “alienação em relação aos seus direitos naturais absolutos em função do estabelecimento de uma instância que seria ao mesmo tempo o guardião da soberania absoluta e o sujeito responsável pela preservação da vida dos indivíduos. Esta esfera que surge no momento da alienação é o Estado” (SOUZA, 2010, p.28).

A recuperação de alguns elementos essenciais da filosofia política de Hobbes tem sua relevância justificada no momento em que acompanhamos autores como Safatle (2015, p.19): “tal perspectiva hobbesiana não tem interesse meramente histórico. É bem provável que ela descreva, de forma bastante precisa, o modelo hegemônico de circuito de afetos próprio a nossas sociedades de democracia liberal”. Safatle compreende sociedades não apenas como sistemas de normas e valores morais que organizam e determinam a vida de sujeitos, mas também (em seu nível mais fundamental) como circuitos de afetos:

Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades adotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. Devemos ter sempre em mente que formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem. Por isso, quando uma sociedade desaba, leva consigo os sujeitos que ela mesma criou para reproduzir sentimentos e sofrimentos. (SAFATLE, 2015, p.17).

A instauração de um poder soberano que regula as relações sociais, governando sobre a vida e a morte dos indivíduos também é explorada por conceitos como o de Biopoder de Foucault, que evidencia a necessidade de produção de estratificação social inerente às formações de Estados na modernidade.

Na formulação de Foucault, o Biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base na divisão entre vivos e mortos, tal poder se relaciona a um campo biológico – do qual toma controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com um termo (aparentemente familiar) “racismo”. (MBEMBE 2018, p.17).

É possível fazer uma aproximação entre as perspectivas de Safatle e Foucault em suas definições de elementos do modo de funcionamento dos Estados contemporâneos. Se compreendermos a vida social em sua constituição histórica, através de conflitos entre classes, estratificação social e desigualdades raciais, caberia questionar: contra quem o Estado mobiliza o medo? Quem são os inimigos escolhidos pelo poder soberano, que justificam por exemplo, o uso

privilegiado da violência? Quem o Estado reconhece como sujeitos de direito e quem fica à margem desse reconhecimento?

1.1 Mal-estar geral e sofrimentos específicos: realidade material como produtora de sofrimento

No momento em que lidamos com as consequências dos processos históricos de estratificação social, devemos reconhecer que os sujeitos sofrem de formas específicas e distintas no interior da vida social, de acordo com sua raça, gênero, sexualidade, território e classe. A partir disso, passamos a investigar o sofrimento social em duas esferas: o mal-estar geral da vida em sociedade e os sofrimentos específicos.

Podemos pensar, desde Freud, em um mal-estar intrínseco à condição civilizatória. Em seu escrito *Mal-Estar na Civilização*, Freud apresenta sua análise a respeito dos vínculos sociais, do sofrimento inerente às internalizações das exigências e repressões que o processo civilizatório determina para nossas vidas em sociedade.

Descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais, e concluiu-se então que, se estas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade. (FREUD, 2010, p.31).

Esse processo de internalização de julgamentos e críticas sobre sexualidade deve ocorrer ainda na infância, no chamado período de latência do desenvolvimento libidinal infantil, onde o sentimento de nojo e asco a respeito do sexual produz inibições sobre a criança. Além disso, a vida social exige que adotemos o princípio de realidade em detrimento do princípio do prazer, refreando os impulsos de satisfação imediata tão presentes na infância.

[...] impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (supressão, repressão, ou o quê mais?) de instintos poderosos. Essa “frustração cultural” domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens”. (FREUD, 2010, p.40).

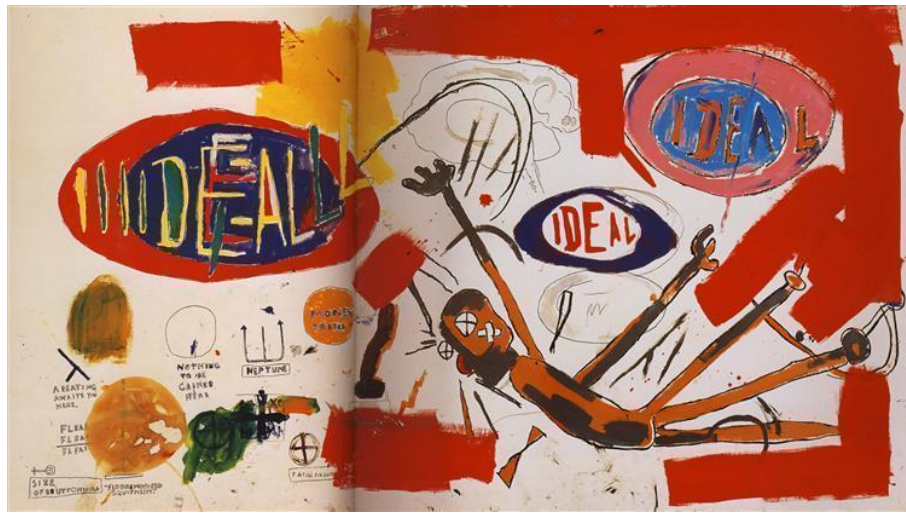
Em virtude disso, tal como aponta Safatle, existe uma certa produção estética que sustenta modos de vida desejados por determinado sistema que rege a sociedade. A estética aqui sendo compreendida pela definição freudiana, como valorização de certas qualidades do sentir. Pois a

repressão da sexualidade, assim como a circulação de afetos específicos se mostram essenciais para a participação dos indivíduos na vida social enquanto trabalhadores e consumidores. A partir disso, é possível pensar inclusive que sistemas de leis, regras e relações de poder só se sustentam através dessa produção estética, da valorização de determinados sentimentos e modos de lidar com a sexualidade.

Portanto, o mal-estar se apresenta como condição do funcionamento normal da vida social no capitalismo, e não como consequência de alguma irregularidade. O conceito de mal-estar se relaciona com o nível estrutural das condições para a participação social, de forma que o adoecimento neurótico aparece como resultado do conflito psíquico entre a insistência das moções pulsionais (o impulso constante é característica fundamental do conceito de pulsão tal como surgiu em Freud) e a internalização das exigências da normatividade social.

Freud define o mal-estar como forma paradigmática de sofrimento social. Tal como no conceito marxista de alienação, o mal-estar é um sofrimento social resultante não da desregulação das normas sociais, mas do funcionamento normal da normatividade social, do impacto normal do processo civilizatório. A agressividade e o sentimento de culpabilidade que aparecem como sintomas do mal-estar são a expressão da maneira como alienação e socialização do desejo aparecem, para Freud, como processos completamente ligados entre si no interior da produção das identidades subjetivas modernas e sua dinâmica de internalização de fantasias e normas. (SAFATLE, 2018, p.26).

Assim, é interessante pensar de que forma a teoria freudiana expressa características da vida social nas dinâmicas do aparelho psíquico. O conceito de super-eu, por exemplo, surge como a instância crítica do aparelho psíquico freudiano, em oposição às insistências pulsionais do Isso. Resultante da assimilação do conflito edípico, em seu caráter de impedimento da livre circulação pulsional e das tendências incestuosas infantis, o super-eu aparece como a internalização do sistema de normas, da lei paterna que regula as possibilidades de satisfação pulsional. Assim como o mal-estar é definido como consequência do funcionamento normal da normatividade social, o “sujeito normal” de acordo com a teoria freudiana é um sujeito em constante conflito. Porque, para Freud, ao contrário do que a princípio se poderia imaginar, as instituições sociais e o processo civilizatório nada têm a ver com bem-estar.



“Victor” (1987)

Fonte: <https://www.wikiart.org/en/jean-michel-basquiat/victor> (2021)

A hipótese freudiana de desenvolvimento histórico de um super-eu cultural, a partir de uma analogia social do mecanismo psíquico individual é interessante para pensarmos os sofrimentos de grupos específicos. Afinal, essa instância seria composta por ideais produzidos historicamente por uma sociedade que são, ao mesmo tempo, seus paradigmas de reconhecimento. Quando os ideais sociais hegemônicos que compõem o super-eu cultural são associados à branquitude, como são afetadas as populações não brancas?

Um dos modos mais eficazes de domesticação, utilizados pelas classes dominantes brancas, tem sido o de estabelecer uma relação direta do termo “negro” com tudo aquilo que é mau, indesejável, feio, sujo, sinistro, maldito, etc. [...] o aspecto que nos interessa aqui, é o do modelo estético ocidental branco que nos foi imposto como superior ideal a ser atingido. Por isso mesmo, nós, negras e negros, éramos sempre vistos como o oposto daquele modelo, através do reforço pejorativo de nossas características físicas: cabelo ruim, nariz chato ou fornalha, beijos ao invés de lábios, tudo isso resumido na expressão “feições grossas ou grosseiras”. E quantos de nós se deixaram enganar por tudo isso, acreditando realmente que ser negro é ser feio, inferior, mais próximo do macaco do que do homem (branco, naturalmente). (GONZALEZ, 2018, p.295).

Tal como aponta Marx a respeito da história das sociedades, a dominação de uma classe sobre a outra envolve a desumanização da classe dominada. Desse modo, encontramos sujeitos historicamente situados à margem do reconhecimento social enquanto sujeitos de direito, objetos de violência estrutural. No Brasil, vivemos os efeitos de uma história de colonização, escravidão e violência contra povos não brancos, de forma que o racismo se encontra na essência das relações

sociais brasileiras. Lélia Gonzalez se encontra entre as principais pensadoras sobre a questão negra no Brasil, evidenciando contradições da democracia brasileira em sua capacidade de garantir igualdade de acesso a direitos.

Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação a regiões e setores econômicos hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido [...]. É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. (GONZALEZ, 2018, p.98).

Lembremos como o conceito de medo, afeto mobilizado como base para sustentar os modos de relação social no capitalismo, para Freud tem por definição a exigência de um objeto a ser temido. A partir disso, podemos pensar nos alvos históricos do medo e da violência estrutural no contexto brasileiro, naqueles que foram submetidos à margem do processo civilizatório, como condição para o tipo de civilização que se estabeleceu no Brasil através da escravidão e da exploração. A população negra no Brasil, tal como aponta Lélia Gonzalez, foi geograficamente submetida às margens nas grandes cidades do país no período pós abolição por um Estado que associava o progresso e a civilização ao branqueamento da população. Essa medida não é surpreendente considerando os aspectos ideológicos do colonialismo europeu, sua forma de utilizar o conceito de raça como uma tecnologia de dominação, tendo o homem europeu (e não a mulher) como referência de uma concepção desenvolvimentista da antropologia. Ou seja, o homem branco europeu aparece como sinônimo de civilização, progresso, racionalidade, em oposição aos povos não brancos, considerados primitivos, selvagens. Já os significados acerca da mulher europeia são muito complexos e seu enquadramento dependia “do acesso que ela viesse a ter a cultura. Pois, as mulheres que tinham acesso à cultura, eram aquelas que conseguiam projetar-se na sociedade de alguma forma” (GODOY & COSTA, 2017, p.162).



“A Redenção de Cam” (1895)

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (2020)

Dessa forma, uma população majoritariamente negra ou indígena significava, para o Estado brasileiro, um atraso em termos de desenvolvimento. Portanto, programas de imigração de trabalhadores europeus foram financiados pelo Estado brasileiro com a finalidade de tornar o Brasil um país majoritariamente branco. A ideologia eugenista da burguesia brasileira é representada de forma exemplar pela obra “A Redenção de Cam” (1895) de Modesto Brocos, evidenciando os efeitos culturais de um projeto de Estado de genocídio e apagamento da população negra e indígena. A arte em questão revela o desejo das classes dominantes de embranquecimento da população, transformado numa ideologia que é internalizada como desejo próprio das classes dominadas. Seus elementos trazem o processo de embranquecimento através da posição das personagens, da esquerda para a direita, a avó negra retinta (agradecendo aos céus pelo neto branco), a filha com pele mais clara segurando o bebê, e o pai da criança, relativamente distante, com postura orgulhosa e ativa. Juntam-se a esse projeto as inúmeras medidas de exclusão social

impostas às populações negras e indígenas, já fragilizadas pelo longo período de escravidão, traçando limites geográficos e raciais à democracia brasileira.

Na sociedade brasileira o negro é visto como um corpo. Não é por acaso que estamos concentrados aonde? Nas profissões de trabalho manual. E em termos de papéis positivos que a sociedade brasileira nos atribui, nós somos o que? Os atletas. Mesma coisa no futebol ou então sambista. No caso da mulher, sambista vira mulata ou doméstica. (GONZALEZ, 2018, p.348).

Os processos históricos de desumanização sofridos pela população negra no Brasil, bem como a redução de pessoas racializadas a uma posição de não reconhecimento (como seres primitivos desprovidos de alma e da capacidade cognitiva do homem branco), colocam o negro na condição de corpo. Condição essa que é justamente oposta à condição de sujeito, de acordo com a psicanálise. Tal como lembra Calligaris (1989), a estruturação psíquica tanto na neurose quanto na psicose ocorre como uma defesa contra a posição de objeto em relação a demanda de um Outro. Para que essa estruturação tenha sucesso, é preciso o sujeito obtenha um estatuto simbólico, uma significação que prevaleça à condição de apenas pedaços de carne.

Qualquer tipo de estruturação do sujeito, seja neurótica ou psicótica, é uma estruturação de defesa, no sentido freudiano, no sentido em que Freud fala de psicose de defesa. É uma estruturação de defesa na medida em que se subjetivar, existir como sujeito (barrado pela castração, como na neurose, ou não, como na psicose), obter algum estatuto simbólico, alguma significação é necessário para que o sujeito seja algo distinto do Real do seu corpo, algo Outro e mais do que alguns quilos de carne. Por isso o sujeito se estrutura em uma operação de defesa. De defesa contra que? Contra o que seria, imaginariamente, o seu destino se ele não se defendesse se estruturando: ser — reduzido ao seu corpo — o objeto de uma Demanda imaginária do Outro, se perder como objeto do gozo do Outro. A operação de defesa implica um certo tipo de metáfora, vou seja, implica — é o próprio da metáfora — que a significação possa prevalecer, possa substituir ao pedaço de carne uma significação subjetiva. (CALLIGARIS, 1989, p.13).

À vista disso, percebemos o racismo estrutural como modo de sofrimento específico das relações sociais, situado na essência das formações de Estados decorrentes de processos colonialistas, como o Brasil. Notamos como as relações sociais no Brasil, com seu alto nível de estratificação, produz sofrimentos gerais relacionados à exploração sofrida pela maior parte da população, que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. Ao mesmo tempo, nossa história enquanto sociedade que se baseou na exploração e desumanização de povos indígenas e negros, eleva o sofrimento geral da classe trabalhadora para esses grupos. Cabe reforçar aqui o sofrimento psíquico decorrente da realidade material, das condições concretas da classe trabalhadora no Brasil e da população racializada, pois o sofrimento derivado das condições

materiais é inseparável do sofrimento psíquico. Como pensar as formações de neurose de sujeitos negros, pertencentes a um grupo que sofre histórica e institucionalmente com a exclusão social, estigmatização e mortes violentas por ação policial? Calligaris aponta como é essencial para a constituição subjetiva que uma significação prevaleça ao real do corpo para que um sujeito emergente possa se defender das demandas de um outro. Quais são as significações sociais para pessoas racializadas? São significações que correspondem à história de opressão a qual foram submetidos os povos negros e indígenas de modo que a cultura e a ideologia dominante reforçam essas opressões através das significações sociais atribuídas aos negros, relacionadas a: marginalidade, criminalidade, inferioridade intelectual, feiura, etc. Trata-se, portanto, de articulações simbólicas de significantes sociais que são utilizados para representar a população negra e manter relações históricas de opressão.

Ainda sobre os considerados sofrimentos específicos inerentes às relações sociais histórico-culturais brasileiras, temos os sofrimentos decorrentes da estrutura patriarcal da sociedade. As relações estruturais de poder nas dinâmicas sociais brasileiras se constituíram de tal forma que todos aqueles que se encontram fora da normatividade branca, burguesa, heterossexual e masculina, sofrem em maior ou menor grau, respectivamente na medida em que estão mais próximos ou mais distantes desse ideal de cidadão. Assim como o racismo foi essencial para a constituição das relações sociais no Brasil Colônia na forma como as classes dominantes articularam a exploração das riquezas naturais do país e do trabalho, o machismo também desempenha um papel decisivo na história das relações sociais, sendo ainda mais constitutivo no que se refere à história das relações de opressão e poder.

Assim, o casamento monogâmico de modo algum entra na história como a reconciliação entre homem e mulher, muito menos como sua forma suprema. Pelo contrário. Ele entra em cena como a subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, desconhecido em toda a história progressa. Em um antigo manuscrito inédito, elaborado por Marx e por mim em 1846, encontro o seguinte: “A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos”. E hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino. O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõem pela dor e pela opressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e das contradições que nela se desdobrarão plenamente. (ENGELS, 2019, pg. 84).

A invenção da família patriarcal monogâmica, como observou Engels, ocorreu com o objetivo de garantir, para o homem, a consanguinidade de seus filhos e dessa forma, a continuidade de seu patrimônio e propriedade: “Ela se funda no domínio do homem, com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno”. Deste modo, a família monogâmica enquanto núcleo fundamental para o surgimento das sociedades, expressa desde o início o conflito entre classes, a dominação e exploração da mulher pelo homem, sendo a primeira constituição familiar na história que se estabelece a partir de motivações econômicas. Afinal, a mulher na estrutura familiar patriarcal é uma trabalhadora não remunerada, indispensável para a continuação de sua propriedade.

Vemos que Engels, já naquela época, percebia as interseccionalidades, hoje discutidas em profundidade especialmente pelas feministas negras. A partir disso, podemos frisar como gênero se torna uma categoria fundamental para a compreensão das relações de opressão na vida social, uma vez que a estrutura patriarcal se consolida historicamente como reguladora dos modos de subjetivação e parâmetros de reconhecimento social. Isso ocorre de modo que a cultura hegemônica reforça e perpetua a dominação patriarcal através dos padrões comportamentais de masculinidade e feminilidade, que operam limitando a sexualidade, os modos de ser e agir, e as posições sociais de acordo com o gênero de cada indivíduo.

Esses padrões adquirem na cultura uma forte sensação de naturalidade e atemporalidade, alimentados por perspectivas religiosas e concepções biológicas da existência humana. Essa mesma defesa de um suposto objetivo fixo para a existência humana, de reprodução e preservação da espécie, determina o papel social da mulher nas funções de mãe e dona de casa, ao mesmo tempo que coloca a heterossexualidade como a sexualidade normal, patologizando a homossexualidade e outras formas de expressão do sexual. Vemos, portanto, a estrutura patriarcal enquanto uma base dos modos de relação social, nas dinâmicas de subjetivação dos sujeitos, nos parâmetros de ideais para reconhecimento, no controle e repressão da sexualidade (principalmente da mulher). Esses efeitos podem ser compreendidos como tecnologias culturais de dominação, operando através da naturalização das opressões estruturais. É a partir da compreensão histórica e cultural das opressões estruturais que podemos investigar os sofrimentos produzidos pelas relações sociais em suas

dinâmicas de dominação e poder. Pois ao compreender a sociedade em suas contradições, conflitos e heterogeneidade, podemos observar de forma mais clara as relações de poder historicamente estabelecidas, onde “o bem estar e desenvolvimento de uns se impõem pela dor e sofrimento de outros” (ENGELS, 2019, p.84).

Uma compreensão estrutural das relações de opressão na sociedade não deve ofuscar o fato de que cada sujeito sofre de forma singular, de acordo com a sua própria história. É inclusive a partir da escuta individual que podemos investigar os atravessamentos específicos de opressões sociais, de acordo com as intersecções que operam de modo singular em cada sujeito. Afinal, mulheres negras vivenciam historicamente sofrimentos aos quais mulheres brancas não estão submetidas, assim como dentro da comunidade LGBTQIA + mulheres trans negras estão mais sujeitas a agressões e mortes violentas do que homens gays brancos. A perspectiva estrutural nos possibilita justamente compreender a gênese das opressões sociais em seu contexto histórico, cultural e político, concebendo o sujeito e seus modos de sofrer como formas de relação social possíveis dentro da estrutura sociopolítica atual.

Capítulo 2 – A psicanálise como crítica do sofrimento psíquico no capitalismo

Wilhelm Reich é responsável por uma das primeiras articulações teóricas entre o pensamento psicanalítico e a teoria marxista. O psicanalista austríaco teve sua trajetória marcada por um forte envolvimento político, tendo sido militante do partido comunista alemão e um dos principais agentes das clínicas públicas de psicanálise desenvolvidas entre as décadas de 1920 e 1930. Sua teoria sobre o fascismo é considerada até os dias de hoje uma referência nas pesquisas sobre o tema, na psicanálise e na psicologia social, bem como em tantos outros campos de saber, revelando o papel crucial dos aspectos psíquicos, elementos ideológicos e dinâmicas pulsionais na gestão política dos movimentos fascistas e sua adesão popular crescente na Alemanha dos anos 1930.

A contribuição de Reich no campo marxista se situa na tensão histórica entre as concepções filosóficas idealistas e materialistas. O caminho percorrido por Karl Marx é de certa forma constitutivo dessa tensão, tendo sido discípulo do pensamento hegeliano e posteriormente crítico do mesmo, por considerá-lo insuficiente no que se refere à necessidade de transformação concreta do mundo. Obras como *A Ideologia Alemã* (1846), elaborada em conjunto com Engels, marcam uma separação nas concepções de revolução entre materialistas e idealistas, pois de acordo com Marx, os hegelianos estavam preocupados em promover transformações no plano do pensamento, enquanto o que realmente importava era transformar a realidade concreta: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata, é de transformá-lo” (MARX, ENGELS, 2001, p.103).

Tal separação entre as concepções deixou uma herança no pensamento marxista ortodoxo, seguido pelas organizações marxistas que surgiram no mundo inteiro desde então, que foi de rejeitar aspectos considerados subjetivos da vida social em prol de análises de elementos econômicos e concretos da realidade. Dessa forma, a teoria psicanalítica aparece como um discurso historicamente rejeitado pelo pensamento marxista, e assim seguiria até ser incorporado por teóricos marxistas da Escola de Frankfurt. Reich questiona a rigidez do pensamento marxista, apontando sua insuficiência para a compreensão das contradições da classe trabalhadora, tais como a sua adesão e simpatia a movimentos políticos que em última instância se voltam contra ela, como era o caso do movimento fascista na Alemanha. A pobreza e outras consequências das condições econômicas enfrentadas pela classe trabalhadora não eram suficientes para o desenvolvimento de

uma consciência de classe, como pensavam os marxistas, que viam as contradições e a suposta irracionalidade da população a levarem em direção ao autoritarismo e racismo, antes de uma postura revolucionária. Reich pensava que as contradições e a irracionalidade incompreendidas pelos marxistas eram passíveis de serem elucidadas por uma análise da dimensão sexual da vida social. Mais precisamente, uma análise da repressão sexual e sua função na adesão popular ao fascismo.

O autor discorda do determinismo absoluto de Freud sobre o mal estar intrínseco à civilização, afirmando que são as formas atuais da ordem social que nos fazem sofrer e demandam um montante de repressão sexual para se sustentar. Essa discordância se mostra muito importante, tanto nas estratégias de transformação social quanto nas direções clínicas possíveis para casos de neurose. Pois, embora ambos tenham na diminuição do sofrimento um objetivo comum, a perspectiva freudiana leva a um horizonte de conformação com relação às restrições sociais, enquanto Reich enxerga a transformação social como caminho para um bem estar psíquico possível.

Ao presentirmos que não é a atividade cultural em si que demanda a repressão e o recalçamento da sexualidade, mas apenas as formas atuais dessa atividade, sentimo-nos dispostos a sacrificar essas formas, se isso puder acabar com a desgraça de inúmeras crianças e adolescentes. Não é, portanto, uma questão de cultura, mas de ordem social. Estuda-se a história da repressão sexual e a etiologia do recalçamento sexual e conclui-se que ela não surge com o começo do desenvolvimento cultural; ou seja, a repressão e o recalçamento não são os pressupostos do desenvolvimento cultural. Só bem mais tarde, com o estabelecimento de um patriarcado autoritário e com o início das divisões de classe, é que surgiu a repressão da sexualidade. (REICH, 1988, p.44).

O sofrimento proveniente das relações sociais não seria inerente ao processo civilizatório, tal como afirma Freud, mas resultado da ordem social vigente. Dessa forma, a repressão sexual não seria necessária por motivos culturais, mas sim por motivos políticos e os modos de subjetivação necessários para a sua sustentação.

2.1 - Repressão sexual e relações de poder

A repressão sexual era vista por Reich como principal objeto do olhar crítico psicanalítico, ao analisar suas consequências no âmbito social e político. Esse elemento tão decisivo nas

dinâmicas sociais e políticas, ignorado pelos marxistas, encontrava sua intersecção com a estrutura política em uma instituição social: a família.

Para compreender a relação entre repressão sexual e a exploração humana, é necessário compreender a instituição social básica na qual se entrelaçam a situação econômica e a situação econômico-sexual da sociedade patriarcal autoritária. Não é possível compreender a economia sexual e os processos ideológicos da sociedade patriarcal sem ter em conta essa instituição. A psicanálise de homens e mulheres de todas as idades, países e classes sociais leva às seguintes conclusões: a combinação da estrutura socioeconômica com a estrutura sexual da sociedade e a reprodução estrutural da sociedade verificam-se nos primeiros quatro ou cinco anos de vida, na família autoritária. A Igreja só continua essa função mais tarde. É por isso que o Estado autoritário tem o maior interesse na família autoritária; ela transformou-se numa fábrica onde as estruturas e ideologias do Estado são moldadas. (REICH, 1988, p.45).

É possível compreender a importância da família como núcleo dos processos de subjetivação estatais, afinal, é a partir delas que os sujeitos se constituem e são moldados. Cada sujeito carrega em si a história de sua família, atualizando em si a ancestralidade dos laços que o compõem. É na estrutura familiar que a criança vivencia suas primeiras relações com a alteridade, suas primeiras proibições, privações, inibições. Seus pais são seus primeiros modelos, com os quais trama suas principais relações de identificação, dos quais recebe a transmissão de seus valores morais e costumes. O núcleo familiar é também transmissor de uma estética, do que se preza enquanto qualidades de sentimentos e afetos.

A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, "boa" e "dócil", no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida — é necessário ter isto presente — através da fixação das inibições e medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais. (REICH, 1988, p.45).

A estética prezada pela constituição familiar diz também sobre os papéis sociais atribuídos a cada membro da família. Obediência, docilidade, bons modos, são qualidades prezadas por sujeitos submissos a uma certa estrutura de hierarquia. Ao investigarmos a constituição da família monogâmica, percebemos que ela é formada em sua essência numa relação de opressão da mulher

pelo homem, da opressão da mulher pela própria mulher (especialmente nas relações mãe-filha e sogra-nora), na submissão da mulher às suas funções de reprodução e às atividades de trabalhadora doméstica. A instituição familiar tal como existe nos dias de hoje é resultado de uma história de relações de dominação patriarcal, e existe em função de um objetivo muito claro: a preservação do patrimônio e propriedade do homem. Por isso foi importante que em certo momento histórico a monogamia fosse adotada como modo de relação principal, pois dessa forma seria possível que o homem soubesse que seus filhos são seus e não de outro, podendo assim preservar e levar adiante o patrimônio através de seus filhos. Um bom exemplo dessa centralidade econômica das relações monogâmicas são os casamentos entre membros de monarquias de diferentes países, que tinham como objetivo o acúmulo de capital e poder entre as famílias reais, bem como a garantia de sua sucessão consanguínea. Algo que pode ser observado de forma similar na contemporaneidade.

Outro aspecto a ser considerado sobre a dimensão estética da família enquanto instituição produtora de sofrimento é a relação entre seu caráter de propriedade adquirido na estrutura patriarcal e a importância do medo como afeto intrínseco às relações familiares. A figura do pai enquanto detentor de poder e saber também se sustenta através da utilização do medo, na imposição de seu lugar privilegiado por meio de atos de violência, física ou psicológica, demonstrados nos inúmeros casos de violência contra a mulher (e menores) registrados ou não no Brasil e no mundo inteiro. O fenômeno de casos de violência doméstica onde não há denúncia feita pelas vítimas pode ser visto como um sintoma do medo presente nas relações de poder no interior das dinâmicas familiares, um medo que se expressa no silenciamento. A atitude de violência por parte do homem também pode ser relacionada com o afeto de medo e sua relação com a família enquanto propriedade, pois este fenômeno considerado estruturalmente, revela o sentimento da família enquanto propriedade do homem. Sua esposa e filhos são reduzidos a suas funções na instituição familiar, e o uso da violência aparece como resposta ao medo de perder sua propriedade, ou seu controle sobre ela.

Os efeitos psíquicos das relações de poder e sujeição na estrutura familiar são bem descritos por Reich, ao apontar para a produção de inibição, medo e obediência nas crianças. A internalização da figura paterna autoritária persiste além da infância, sobrevivendo na instância do supereu em sua reprodução de autocríticas e julgamentos. Esses efeitos se mostram nocivos inclusive na relação do sujeito com seu desejo, afinal, produz-se um distanciamento do contato do sujeito com seu

desejo na alienação do mesmo às demandas do outro (pai ou mãe). Pois, afinal, o que é valorizado antes de tudo é sua capacidade de obediência no cumprimento de regras, normas e sua retidão moral. Ou seja, geralmente tudo aquilo que se apresenta como obstáculo para a sustentação do desejo.

2.2 - Subjetivação e individualidade

A compreensão das dinâmicas de sofrimento psíquico mobilizadas pela estrutura socioeconômica capitalista precisa acompanhar a complexificação do próprio sistema e suas relações sociais. De acordo com Safatle:

[...] o capitalismo estava abandonando sua matriz hegemônica repressiva em prol da consolidação de uma forma de sujeição por incitação contínua. O fortalecimento do discurso de autonomia das decisões individuais e do campo de flexibilidade em relação às normas gerais tendia a criar vínculos sociais ligados ao discurso de que “cada um tem direito a sua forma de gozo” (ou ainda “cada um *deve* encontrar sua forma de gozo”), que acabará por se realizar na liberação multicultural da multiplicidade das formas possíveis de sexualidade em nossas democracias liberais. Dessa forma, *a incitação e administração do gozo* transformaram-se na verdadeira mola propulsora da economia libidinal da sociedade de consumo. (SAFATLE, 2020, p. 59).

Tal constatação apresenta os impactos das transformações movidas pelo neoliberalismo no interior do sistema capitalista. Seus discursos em defesa da liberdade individual incorporaram os anseios pela liberação sexual, de modo que a diminuição da repressão não apresentou qualquer ameaça à estrutura social capitalista e suas formas de opressão. O autor revela como as relações sociais e sexuais adquiriram as características do modo de produção, em sua dimensão de performance e imperativo do excesso. Ou, dizendo de outra forma, que o sistema socioeconômico é também um sistema de produção de subjetividades, bem como de administração da libido, desejos e pulsões. Pois, ao admitirmos que não há natureza humana, nem objeto natural para a satisfação da pulsão, o que encontramos são determinações culturais para as possibilidades de satisfação e direcionamento da pulsão em sua multiplicidade (pensemos nas possibilidades de sublimação também). Entretanto, observamos como a noção de liberdade nas sociedades neoliberais estão ligadas a pelo menos duas noções contraditórias: a de propriedade e consumo. Afinal, as liberdades individuais dos sujeitos encontrarão na ideia de propriedade a sua referência, assim como a liberação sexual será capturada pela lógica de consumo.

Há de se considerar, portanto, as contribuições que uma análise do aparelho psíquico pode nos oferecer para uma investigação do sofrimento social contemporâneo. Safatle irá lembrar sobre como o conceito de supereu em Lacan não está restrito à sua dimensão repressiva, de impedimento das pulsões, mas que desempenha um papel de “incitação angustiante ao gozo”

O supereu em Lacan não funciona exatamente como um aparato de repressão interna, mas de incitação angustiante ao gozo. Daí por que ele nos lembra que o verdadeiro imperativo do supereu na contemporaneidade é “Goza!”, ou seja, o gozo transformado em uma obrigação” (SAFATLE, 2020, p.51)

Dessa forma, podemos observar como a psicanálise de Lacan denuncia os efeitos da racionalidade capitalista em sua descrição do funcionamento psíquico do sujeito contemporâneo. Os anseios de movimentos progressistas a favor de uma maior liberdade sexual foram incorporados pela lógica do consumo em sua forma imperativa, de modo que gozar se tornou uma obrigação, um dever constante. Lacan ainda faria uma aproximação entre o sistema capitalista em sua base econômica de produção de valor e multiplicação de capital com a produção de desejos inerente a esse sistema, através de seu conceito de mais-gozar, baseado no conceito marxista de mais-valia. Como explica Safatle:

Entendamos melhor esse ponto. O capitalismo teria imposto a todas as esferas de reprodução social da vida ideais de conduta que se baseiam na racionalização das ações a partir de uma dinâmica de maximização de performances e intensidades. Ações que visam à pura maximização de performances devem se organizar de maneira homóloga e atividades econômicas baseadas na extração de mais-valia e, por consequência, nos processos de autovalorização circular do Capital. Essa racionalidade própria a uma sociedade organizada a partir da circulação do que não tem outra função a não ser se autovalorizar precisa socializar o desejo levando-o a ser causado pela pura medida de intensificação, pelo puro empuxo à ampliação que estabelece os objetos de desejo em um circuito incessante e superlativo chamado por Lacan de mais-gozar. Assim, é possível afirmar que “subjetivação ‘contábil’ e subjetivação ‘financeira’ definem em última análise uma subjetivação do excesso de si sobre si ou ainda pela ultrapassagem indefinida de si”. (SAFATLE, 2020, p.72)

A incitação constante ao gozo em suas “dinâmicas de maximização de performances e intensidades” evidencia a forma como as relações subjetivas e interpessoais através da “subjetivação contábil” adquirem como referência a lógica mercantil própria ao modo de produção do sistema capitalista. Assim sendo, o consumo se estende para todos os âmbitos das relações sociais, criando um fim em si mesmo. O mais-gozar, como aponta Safatle, se torna um “nunca gozar”, por sustentar um ciclo infinito de insatisfação, necessário para a compulsão à repetição do consumo.

Trata-se de uma produção de subjetividades que têm como ideais noções de individualidade e competitividade, que se mostram essenciais para a adesão e submissão popular ao sistema capitalista, onde “os indivíduos começassem a ver a si mesmos como empreendedores de si, [...] internalizando a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível” (SAFATLE, 2021, p.21). Essa produção de subjetividades é composta por uma forte incitação ao Eu enquanto instância psíquica, tendo o narcisismo como uma marca da “gestão pulsional” social. Ter o Eu como instância privilegiada significa produzir laços sociais baseados essencialmente em relações de identificação e valorização de tudo que é semelhante, e conseqüentemente o menosprezo pela diferença, por aquilo que foge do espelhamento de si ou dos ideais que orientam o sujeito.

Tal estrutura projetiva é, acima de tudo, um sistema de defesa. Como se fosse o caso de constituir o mundo e o outro à sua imagem e semelhança a fim de impedir toda dinâmica efetiva de transformação de si, a fim de não reconhecer sua natureza profundamente relacional (como nós vemos no drama descrito pelo estádio do espelho), com todo o descentramento e dependência que isso implica. Uma estrutura narcísica é, necessariamente, frágil e violenta. O narcisismo é a resposta patológica à fragilidade do Eu, ao fato de ele ter a consciência tácita de sua sua decomposição diante de relações dialéticas com a alteridade e da sua função meramente defensiva dos ideais que ele assumiu. Ou seja, é como generalização do narcisismo que a individualidade moderna se realiza”. (SAFATLE, 2020, p.37)

Dessa forma, percebemos o sujeito contemporâneo composto por uma individualidade constantemente em crise, tendo a si mesmo como objeto de valor formado por ideais com os quais calcula a si e os outros. Sua relação com o corpo é intermediada por imagens de performance e pela racionalidade mercantil que produz uma reificação dos sujeitos, cada vez mais submersos em dinâmicas sociais de avaliação de seus “valores” através das imagens de seus corpos, tanto mais valiosos quanto mais próximos estão dos ideais sociais. Afinal, uma cultura narcísica é também sustentada pelos circuitos pulsionais envolvidos nas relações dos sujeitos com imagens ideais. Hábitos exibicionistas e voyeuristas são hegemônicos, sendo pulsões narcísicas determinantes no reconhecimento social dos sujeitos (lembramos como a pulsão de ver é constitutiva durante o estádio do espelho, bem como o prazer na inversão dessa pulsão). Tais dinâmicas sustentadas por ideais e pela racionalidade “maximizadora de performances” própria ao imperativo do mais-gozar, implica numa insatisfação incessante dos sujeitos em relação a si, pois ideais são por definição inalcançáveis, a não ser através da fantasia ou delírio.

2.3 - A noção de conflito

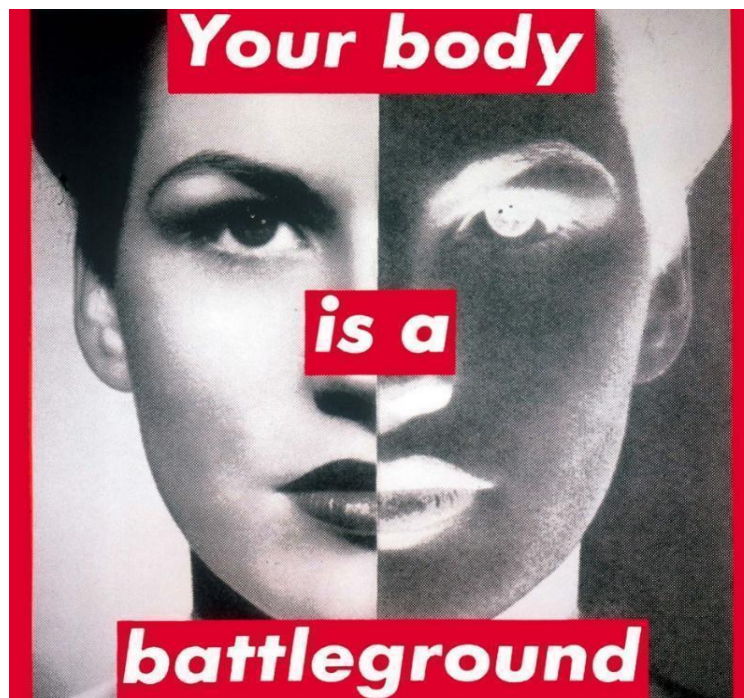
Considerando os modos de subjetivação próprios às formações sociais no capitalismo, com sua racionalidade contábil, dinâmicas pulsionais narcísicas e culto às individualidades, podemos observar a relevância crítica da psicanálise na sua capacidade de questionar, através de seus conceitos, as bases de sustentação e adesão a este sistema, bem como sua capacidade de escuta do sofrimento psíquico que é próprio às dinâmicas sociais do capitalismo.

Entre as bases de sustentação da constituição dos laços sociais no capitalismo estão seus processos de subjetivação, que têm como núcleo a noção de individualidade. Tal noção é ancorada por discursos que a associam a uma ideia de liberdade (em relação à coletividade, ou ao Estado), própria à ideologia burguesa, uma liberdade que é sinônimo de controle de si, propriedade, autogerência, deliberação e poder. Os predicados desse indivíduo serão profundamente questionados pela psicanálise, de Freud a Lacan.

Em seu seminário sobre o Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, Lacan atribui à noção freudiana de eu as proporções de uma revolução copernicana. A comparação de Lacan não poderia ser mais precisa, pois a concepção pré-analítica do eu estava diretamente relacionada à ideia de consciência, atribuindo ao eu consciente o centro da experiência humana com seus atributos de controle sobre o corpo e deliberação racional. O descentramento da consciência observado por Freud revela que somos sujeitos divididos e que nossa experiência enquanto tal está muito distante de uma unicidade regulada por um eu coerente e homogêneo.

A investigação dos fenômenos de histeria no final do século XIX por Freud e Breuer sustentaram a hipótese do inconsciente, bem como o método da hipnose, posteriormente abandonado por Freud. As conversões histéricas eram uma manifestação explícita de que o corpo não é propriedade de um eu consciente, de que existe um outro processo psíquico que age apesar de qualquer tentativa de controle da consciência. A pesquisa psicanalítica e sua técnica vão dar atenção a justamente àquilo que foge do controle, que escapa da consciência, os erros, esquecimentos, lapsos. Não à toa o material de investigação de Freud vão ser sonhos, sintomas, atos falhos, pois esse outro inconsciente que insiste em emergir é composto, de modo geral, por conteúdos reprimidos que não puderam ser admitidos pela consciência.

No mesmo seminário sobre o Eu, Lacan defende que existe uma diferença entre as concepções de indivíduo e sujeito, pois, tal como aponta a etimologia da palavra, indivíduo seria um ser não dividido, que possui uma unidade. Mais do que isso, seria “O indivíduo, entendido como o quer o liberalismo, é o ‘individuum in se, divisum a quolibet alio’, isto é, alguém que é um, mas que não tem nada a ver com os outros. Ele é o centro de tudo. Tudo se resume nele mesmo. Ele é o começo, o meio e o fim. É o centro de referência” (GUARESCHI, 2008, p.6). Seria, portanto, justamente o oposto do que nos mostra a experiência psicanalítica.



Untitled “Your Body Is A Battleground”, Barbara Kruger (1989) –

Fonte: The Broad (Acesso público)

Obras que retratam politicamente o corpo das mulheres, como “Your Body Is A Battleground” (Seu Corpo É Um Campo de Batalha), da artista Barbara Kruger, são interessantes para pensarmos sobre a dimensão política dos corpos. O corpo “campo de batalha” em questão na obra é o corpo de uma mulher, o que evidencia um significado e contexto histórico da mesma, afinal foi criada para a Marcha das Mulheres em Washington no mesmo ano de 1989, que tinha

como pauta principal o direito das mulheres à escolha pelo aborto, para que fosse legalizado e se tornasse uma opção. É possível observar na arte uma divisão em seu centro, entre metades positiva e negativa do rosto, com o estilo característico da artista: palavras em formato chamativo, como se a imagem estivesse estampando uma capa de revista, ou fosse uma ação de marketing.

Podemos afirmar que uma das contribuições da crítica psicanalítica é similar ao que Barbara Kruger chama atenção em sua obra. A noção de conflito e de divisão evocada pela psicanálise tem relevância política, pois revela um outro sujeito, oposto ao indivíduo forjado pelo capitalismo. De certa forma, Kruger através de sua obra está convocando os sujeitos a perceberem a dimensão política de seus corpos, a escutarem os discursos que os atravessam, que os disputam. Talvez a psicanálise esteja muito próxima dessa posição, ao provocar uma escuta da multiplicidade que nos habita, das nossas contradições, daquilo que nos atravessa e que nós mesmos desconhecemos.

Capítulo 3 - A potência e os limites da clínica

Nos direcionando para o final deste ensaio, após a investigação do sofrimento dos sujeitos em relação ao social e de uma certa posição crítica da psicanálise diante das noções contemporâneas de individualidade, nos vemos diante das seguintes questões: Qual é a potência da clínica em relação aos sofrimentos provenientes das opressões e desigualdades sociais? E quais são os limites da clínica em relação aos mesmos?

Talvez possamos começar por distinguir os sofrimentos sociais pela sua capacidade de elaboração e significação, visto que são noções pertinentes para o andamento do trabalho clínico. Embora todos os sofrimentos causados por opressões estruturais e históricas das relações sociais tenham como fonte violências materiais, muitas vezes físicas, as mesmas violências têm consequências psíquicas e algumas também operam no âmbito de um discurso e de uma racionalidade. A partir disso, considerando os aspectos práticos do trabalho clínico, é possível considerar que a escuta orientada pela psicanálise pode oferecer um caminho importante para o cuidado e transformação do sofrimento resultante de algumas situações de mal-estar social. Cada qual, entretanto, com raízes diferentes e específicas na história das relações humanas e de acordo com o território em que se atualizam. Como, por exemplo, o machismo e o racismo têm origens e expressões distintas, e não obstante encontram intersecção nas vivências de sofrimento específico de mulheres negras. Por sua vez, seguindo o exemplo, cada mulher negra sofre de forma específica de acordo com a sua própria história, seus vínculos e significações específicas. Uma das potências da clínica psicanalítica é justamente poder explorar o sujeito nessa singularidade, ao deixá-lo falar livremente sobre o que o afeta especificamente, a partir de seu próprio vocabulário.

O conceito de associação livre, juntamente com a técnica de atenção flutuante e a postura psicanalítica de não responder à demanda do paciente, permite que a pessoa tenha um espaço único em que possa falar sem determinações, sem expectativas a cumprir, nem tarefas a seguir. É um espaço que consideramos único, pois tal liberdade não é comum a outras práticas psicoterápicas, onde a preocupação com a adequação do sujeito a uma hipótese diagnóstica e suas correspondentes técnicas é maior e mais central para o tratamento.

3.1 - A clínica de sofrimentos específicos

Os sofrimentos aqui considerados específicos são os sofrimentos que são exclusivos a grupos específicos da sociedade, e só são sentidos em sua complexidade e multiplicidade de formas por esses grupos. Entre alguns exemplos desses grupos, encontram-se os citados no primeiro capítulo deste ensaio, ou seja, aqueles que sofrem com os fenômenos de machismo, racismo e homofobia, todos com suas mais variadas derivações e intersecções. Tais fenômenos não são compreendidos como casos isolados que expressariam algum tipo de falta de educação dos agentes desse tipo de violência, mas sim como momentos em que são tornadas explícitas violências estruturais e tipos de racionalidade que estão na base da constituição dos nossos vínculos sociais. Isso se dá porque, assim como trouxemos anteriormente, a história das sociedades é uma história de conflitos, hierarquias, exploração e dominação entre classes.

Portanto, a escuta do sujeito que chega no espaço clínico deve considerar os aspectos sociais históricos que compõem as relações do cotidiano, com um olhar atento aos seus desdobramentos e atualizações na cultura contemporânea. Seria importante ressaltar o caráter de pesquisa que a psicanálise tem desde sua criação. A abertura a alterações, revisões, novas concepções e conceitos está na essência da pesquisa psicanalítica desde Freud, bem como sua articulação com o social. Encontramos nesse aspecto uma importância significativa da psicanálise na escuta do sofrimento de opressões contemporâneas, e talvez justamente por esses princípios ela seja um campo de interesse, críticas, debates e construções teóricas de tantas autoras e autores de outras áreas. Ao considerar a potência da clínica com orientação psicanalítica em relação ao sofrimento oriundo de opressões sociais, encontramos também na vasta lista de autoras e autores no próprio campo da psicanálise que dedicaram seus trabalhos de pesquisa nos temas acima mencionados.

As autoras e autores das mais relevantes nos debates sobre racialidade, gênero e sexualidade encontram na psicanálise uma base teórica imprescindível para a investigação desses fenômenos e seus correspondentes sofrimentos, como por exemplo, a filósofa Lélia Gonzalez. Outro exemplo de autor sobre um tema de sofrimento específico que desenvolveu sua pesquisa através da clínica é o psiquiatra e psicanalista Franz Fanon, cujas contribuições para a compreensão do racismo em sua complexidade, bem como para a psicanálise no geral são inestimáveis. Nesse sentido, a psicanálise é uma das principais teorias na área da psicologia clínica que aborda temas de sofrimento

proveniente de opressões sociais, com autoras e autores que desenvolveram trabalhos específicos para cada tema. Isso oferece à escuta clínica orientada pela psicanálise uma base teórica singular no que se refere à sua profundidade o estudo dos fenômenos de machismo, racismo, homofobia e suas respectivas derivações.

Outros aspectos que dizem sobre a potência da clínica frente aos sofrimentos de grupos específicos da sociedade são efeitos de elementos inerentes à base da prática psicanalítica. O primeiro elemento que ponderamos é a possibilidade de produção de uma alteração da posição do sujeito com relação a si mesmo e ao outro, após ter sido vítima de um ato de violência e/ou sofrido de opressões sociais. A clássica inversão descrita por Freud em ensaios como *Além do Princípio do Prazer* (1920\2010), de uma posição passiva para uma posição ativa, é uma consequência da própria proposta do trabalho clínico. Que o paciente fale livremente com “suas” palavras e do seu jeito sobre o que o afeta, é uma forma de produzir essa inversão através da linguagem com suas possibilidades de articulação, através de novas representações.

Afinal, as violências de cunho de opressão social também operam através de discursos e racionalidades, produzindo efeitos psíquicos. Encontramos nessa característica um ponto crucial sobre o qual o trabalho clínico tem potência de ação. Pois as ações possíveis do trabalho clínico se dão muitas vezes no âmbito simbólico, onde nesses casos é possível agir sobre os efeitos dos discursos de opressão e poder em cada sujeito.

3.2 – Os limites da clínica

De acordo com Elizabeth Ann Douto, em sua obra “*As Clínicas Públicas de Freud*”, após a primeira guerra, o criador da psicanálise iria rever sua posição anterior a respeito da importância do pagamento no trabalho clínico:

Até o final de sua vida, Freud apoiou as clínicas psicanalíticas gratuitas, lutou por honorários flexíveis e defendeu a prática da análise leiga, todos eles desvios substanciais de uma tradição de privilégio dos médicos e de dependência de seus pacientes. (DOUTO, 2019, p.3).

O trabalho de Douto reconstrói uma extensa história de ações mobilizadas por Freud e diversos psicanalistas (entre eles Sándor Ferenczi e Wilhelm Reich) para tornar o tratamento

psicanalítico acessível às classes mais pobres. A diminuição significativa e até isenção do pagamento às sessões, bem como a criação de clínicas públicas na Áustria e na Alemanha foram algumas das práticas adotadas pelos psicanalistas a fim de facilitar o acesso da classe trabalhadora aos consultórios. Esses atos foram acompanhados de um importante discurso contra o estigma associado ao adoecimento psíquico:

Pode-se prever que em algum momento a consciência da sociedade despertará, advertindo-a de que o pobre tem tanto direito a auxílio psíquico quanto hoje em dia já tem a cirurgias vitais. E que as neuroses não afetam menos a saúde do povo do que a tuberculose, e assim como esta não podem ser deixadas ao impotente cuidado do indivíduo. Então serão construídos sanatórios ou consultórios que empregarão médicos de formação psicanalítica, para que, mediante a análise, sejam mantidos capazes de resistência e de realização homens que de outro modo se entregariam à bebida, mulheres que ameaçam sucumbir sob a carga de privações, crianças que só têm diante de si a escolha entre a neurose e o embrutecimento. Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgentes esses deveres. As circunstâncias presentes podem adiar mais ainda esse momento. Talvez a beneficência privada venha a criar institutos assim; mas um dia isso terá de ocorrer. (FREUD, 2010, p. 292)

O discurso de Freud expressa uma posição importante da psicanálise em relação ao acesso público à saúde mental e ao papel da clínica psicanalítica na história das práticas de saúde coletiva. Compreender a promoção de saúde mental como um direito de todos a ser assegurado pelo estado é uma posição política essencial ainda nos dias de hoje. Tal discurso é equivalente à afirmação de que a neurose e a repressão sexual são condições sociais impostas a todos, ricos e pobres, e que a desigualdade social permite apenas aos primeiros o acesso a tratamento.

Podemos tirar uma lição implícita na mensagem de Freud no que se refere aos limites práticos da clínica. Talvez seja importante reconhecer que a prática clínica encontra um limite de potência quando se depara com sofrimentos decorrentes de pobreza, situações financeiras desfavoráveis, trabalhos desagradáveis, adoecedores ou desemprego. Afinal, estamos falando de situações em que o sofrimento se dá quase estritamente na dimensão material das relações do sujeito com o mundo, onde as determinações sociais agem no âmbito de necessidades básicas, como a sobrevivência. A necessidade de vender a força de trabalho para tentar garantir o sustento obriga os sujeitos a aceitarem condições precárias de trabalho, em empregos que oferecem baixas remunerações e poucos direitos. Pois uma das principais características dos estados neoliberais é a redução dos direitos trabalhistas, bem como a precarização do trabalho, de forma a permitir aumentar a margem de lucro das classes a que representam.

Estamos falando, portanto, de uma estrutura social que produz sofrimentos pela condição material a que submete a classe trabalhadora, seja através das condições e inseguranças das relações de trabalho, seja pela falta do mesmo e suas consequências. Trata-se de um sofrimento inerente ao sistema capitalista, devido à sua produção de estratificação social, pobreza e exploração. Esse tipo de sofrimento, tão determinado a uma circunstância material e estrutural, não tem ação transformadora possível na esfera do trabalho clínico. Isso não significa dizer que a escuta clínica não é importante em qualquer situação de sofrimento, como forma de oferecer algum amparo possível. Porém, a prática clínica carece de capacidade de transformação desse tipo de sofrimento, e isso se dá por não se tratar de um sofrimento de raiz psíquica, ou que encontra na dimensão psicológica um lugar de operação.

Que não me façam dizer que penso que a análise universal é a fonte da resolução de todas as antinomias, que se analisarmos todos os seres humanos não haverá mais guerras, lutas de classe. Digo formalmente o contrário. Tudo o que podemos pensar é que os dramas talvez fossem menos confusos. (LACAN; L'Express, 1957 apud SAFATLE; 2020, p.9)

Entretanto, reconhecer um limite de potência da prática clínica em relação aos sofrimentos oriundos das relações de trabalho e desigualdades sociais não significa adotar uma postura de resignação frente a eles. Pelo contrário, afirmar esse limite é ser solidário à compreensão de que são necessárias ações de um outro tipo para uma “cura” de sofrimentos dessa ordem. Portanto, reconhecer esse limite pode significar assumir um compromisso com a transformação social.

3.3 – Psicanálise e transformação social

Logo, passamos a pensar nas possibilidades de contribuição da psicanálise para movimentos de transformação social. Tendo em vista que a desigualdade social, a pobreza, a exploração do trabalho e as relações de opressão como as conhecemos são consequências de uma estrutura social capitalista, as estratégias de transformação social devem necessariamente ocupar um lugar no espectro anticapitalista dos movimentos políticos. A teoria e prática marxistas são referências centrais da luta anticapitalista, tendo sido protagonistas nas principais conquistas da classe trabalhadora desde o século passado. Sua análise econômica e social do sistema capitalista, bem

como suas contribuições teóricas e práticas de organização política são, ainda hoje, as alternativas mais radicais no que se refere a uma estratégia de transformação social. Isto se dá porque uma perspectiva marxista tem como horizonte a revolução da classe trabalhadora, não apenas uma reforma ou assistência social. Ou seja, visa uma transformação da estrutura e das relações sociais.

Aqui vemos a importância das diferentes concepções políticas de Freud e Reich. Compreender o mal-estar psíquico como uma consequência estrutural, porém não essencial das relações sociais, é um passo decisivo para encontrar nas transformações políticas uma estratégia para um mundo com menos sofrimento. E é possível ver na prática de Reich a aplicação de suas noções e concepções teóricas sobre a neurose e a sexualidade, relacionadas à dimensão política. A criação da SEXPOL, em conjunto com diversos movimentos e organizações da época é um bom exemplo de inserção da psicanálise em movimentos revolucionários, uma vez que a militância de Reich no Partido Comunista da Alemanha se dava também através de suas tarefas com a política sexual.

Com o apoio do Partido Comunista Alemão, deu-se em 1931 o primeiro congresso da *Associação Alemã para uma Política Sexual Proletária*. O encontro, a julgar pelos relatos reichianos, reuniu oito organizações que representavam vinte mil pessoas. Reich comenta que não tardou para que outros grupos se associassem ao projeto, e para que novos fossem criados. Segundo o autor, surgiu, assim, um movimento chamado SEXPOL, que teria crescido rapidamente, chegando a contar com quarenta mil participantes. Em suas memórias, Reich menciona que, nos grupos existentes em várias regiões da Alemanha, pessoas de diferentes classes sociais e orientações ideológicas expunham seus dilemas sexuais/emocionais, ávidas por respostas. Por outro lado, a questão da luta de classes e outros temas caros aos dirigentes comunistas eram cada vez menos debatidos: "As pessoas queriam simplesmente conselhos práticos e ajuda sobre suas dificuldades conjugais, criação dos filhos, distúrbios sexuais e crises morais de consciência" (REICH, 1953-1976, p. 154, apud. BEDANI & ALBERTINI, 2009, p.5).

Entretanto, as tensões entre os campos da psicanálise e do marxismo se expressaram em seus âmbitos institucionais, de modo que Reich se viu em desarmonia com os ideais do Partido Comunista e da IPA (Associação Internacional de Psicanálise). Aos comunistas, por conta de suas críticas à ortodoxia marxista em suas obras e "comportamento anti-partidário" acabou por ser expulso em 1933. No ano seguinte, seria expulso da IPA por conta de suas discordâncias com relação à teoria freudiana e principalmente por sua militância política. Percebemos como essas tensões indicam a potência transformadora da teoria e prática psicanalítica no campo político, afinal

contribuições significativas dificilmente ocorrem sem algum tipo de tensão e embate em relação ao estado normal das coisas.

Ao rever, na maturidade de sua obra, o período em que militou politicamente na Europa, Reich revelou que sempre tivera desconfianças em relação ao movimento de esquerda em Viena e Berlim: "Nunca acreditei realmente que os socialistas e comunistas estivessem aptos a resolver os problemas emocionais humanos" (REICH, 1953-1976, p. 10, apud. BEDANI & ALBERTINI, 2009, p.8).

Observamos que, desde a época de Reich, não houve avanços significativos de organizações marxistas no que se refere às suas concepções do psiquismo humano, da dimensão dos afetos e das emoções. O apreço pelos princípios materialistas, bem como a ênfase nos aspectos econômicos das relações sociais podem ser dois dos motivos que acabaram por limitar as noções marxistas dos aspectos psíquicos a perspectivas superficiais. Isso ocorreu de modo que o principal conceito psicológico utilizado por marxistas é o de consciência, geralmente relacionado ao conceito de consciência de classe. Essa perspectiva do psiquismo humano talvez explique a incompreensão dos marxistas diante da resignação e imobilismo da classe trabalhadora, assim como a sua incapacidade de mobilizar as massas para suas lutas. Afinal, após mais de 150 anos de teoria marxista e partidos comunistas espalhados pelo mundo inteiro, bem como acesso generalizado à informação, seria a falta de consciência um problema real?

A psicanálise pode contribuir através do questionamento da força política da consciência, pois, assim como apontamos no capítulo anterior, o sujeito que se revela na experiência psicanalítica é o sujeito do inconsciente, dividido. Adquirir algum tipo de consciência sobre as dinâmicas políticas e sociais não significa adquirir potência para agir a partir delas. Pelo contrário, a consciência se mostra cada vez mais produtora de impotência e resignação, devido aos cenários catastróficos gerados pelo capitalismo em todos os âmbitos da vida social e considerando o isolamento político de cada sujeito.

Talvez o principal aporte da psicanálise para movimentos revolucionários seja justamente sua extensa teoria e prática sobre a dimensão psíquica humana, sua capacidade de investigação dos fenômenos que fogem da consciência e da lógica de um saber. Há dinâmicas decisivas para as relações políticas que ocorrem em um outro processo, em um âmbito inconsciente. Tal como aponta Safatle sobre os circuitos de afetos que sustentam formas de relação social, o sistema capitalista também opera por um anestesiamiento da capacidade de ser afetado, pela indiferença diante dos

principais problemas contemporâneos. Isso ocorre inclusive através do excesso de estímulos a que somos submetidos cotidianamente, de modo que nos tornamos insensibilizados e imobilizados diante da quantidade de notícias e informações. Eis um exemplo de como a consciência contemporânea é sinônimo de enclausuramento afetivo, característico de sujeitos subjetivados a partir de uma lógica individualizante. Portanto, a psicanálise pode ser uma ferramenta importante na criação de aberturas para outras experiências afetivas, para dar lugar àquilo que nos subverte, possibilitando outros modos de relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse ensaio, tivemos como objetivo geral investigar as formas de sofrimento provenientes de relações e opressões sociais, pensando a relação da psicanálise com esses sofrimentos, sua dimensão crítica, potências e limites clínicos. O percurso reflexivo nos levou a concluir que a psicanálise pode ser um instrumento importante de investigação do sofrimento resultante das formas de relação social contemporâneas. Sua teoria dispõe de elementos que propiciam uma análise de alguns efeitos psíquicos da vida social, contando com uma abertura para que o saber do sujeito escutado possa emergir, contribuindo para a atualização constante da teoria e da prática. Entretanto, consideramos ser importante reconhecer os limites de ação transformativa da clínica diante de sofrimentos provenientes da condição financeira, da exploração do trabalho e das determinações materiais. Isso porque reconhecer tal limite é afirmar que “problemas políticos exigem ações políticas, suas resoluções não serão encontradas em um divã” como aponta Safatle (2020, p.9). A partir disso, pode significar assumir um compromisso com a transformação social.

Consideramos que a psicanálise pode contribuir para movimentos de transformação social. Sua vasta teoria sobre o psiquismo humano pode ser útil para pensar novas formas de ação política, uma vez que os modos de mobilização popular promovidos por organizações marxistas têm se mostrado insuficientes, assim como suas concepções sobre a dimensão psíquica e afetiva dos sujeitos. Porém, essas contribuições não ocorreriam sem uma tensão, que se mostra presente desde o início das tramas entre psicanálise e marxismo, tendo como exemplo a trajetória de Wilhelm Reich. Essa tensão ocorreria não apenas pelo apego marxista a uma certa ortodoxia teórica, mas também pela tradição burguesa das organizações psicanalíticas, que historicamente marginalizou seus integrantes envolvidos na militância comunista.

A realização deste trabalho ocorreu num processo de investigação dos limites da clínica, provocado pela minha experiência de estágio na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia da UFSM. Penso que o trabalho clínico é, entre outras coisas, uma experiência de encontros, dos mais diversos. E que, muitas vezes nos encontramos com questões, que podem nos mover e nos provocar. Neste trabalho, busquei explorar algumas dessas questões, cuja riqueza não permite encerrá-las em respostas definitivas, tampouco satisfazer-se com os caminhos encontrados. Mas

ficarei satisfeito se puderem fazer justiça ao movimento que as questões nos trazem, compondo novos caminhos e direções para além deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BASQUIAT, J. M. “Victor”. 1987. 1 pintura. 185.5 x 338 cm. Disponível em: <https://www.wikiart.org/en/jean-michel-basquiat/victor>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BEDANI, A.; ALBERTINI, P. Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933). **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 1-10, ago. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200003&lng=pt&nrm=iso. acesso em : 23 jan. 2022.

BROCOS, M. A Redenção de Cam. 1895. 1 pintura. Óleo sobre tela, c.i.d. 166,00 cm x 199,00 cm. Reprodução fotográfica César Barreto. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam. Acesso em: 15 nov. 2021.

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938**. 1ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREUD, S. **O Mal-estar na Civilização e outros textos (1930-1936)**. tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **O Homem dos Lobos e outros textos (1917-1920)**. tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GODOY, G. A. V.; COSTA, C. J. As representações do feminino no período compreendido entre os séculos XVII ao XIX pela ótica das imagens filmícas. *Historiæ, [S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 155–

170, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/7316> . Acesso em: 23 jan. 2022

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** 1ª ed. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas; Diáspora Africana, 2018.

GUARESCHI, P. Introdução: Qual a “prática” da psicologia social da ABRAPSO?. In ZANELLA, AV., et al., org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 3-8. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: <http://books.scielo.org/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

KRUGER, B. *Untitled (Your Body Is a Battleground)*. 1989. 1 serigrafia. Serigrafia fotografada em vinil. 284.48 x 284.48 cm. Disponível em: <https://www.thebroad.org/art/barbara-kruger/untitled-your-body-battleground>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LACAN, J. **O seminário livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954/1955)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1987.

MARX, K.; ENGELS, F.; **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F.; **O Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 1ª ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONTEIRO, J. P. *A Ideologia do Leviatã Hobbesiano*. set. 1996. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/monteiroleviatahobbesiano.pdf>.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SAFATLE, V. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SAFATLE, V. **O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo**. 1ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, J. M. A. de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. *Revista Serviço Social & Sociedade*: n. 101, p. 25-39, mar., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100003>. Acesso em: 22/01/2022.